



## 1973-2023 50 anos do 3.º Congresso da Oposição Democrática

Completou-se no passado dia 4 de Abril 50 anos sobre a realização, em Aveiro, do 3.º Congresso da Oposição Democrática que constituiu, a muitos títulos e por variadas razões, um importante êxito da luta antifascista em Portugal, um sólido e incontestado testemunho da persistente contribuição para a unidade das forças de oposição à ditadura fascista e um marco muito relevante no áspero caminho para a conquista da liberdade e da democracia no nosso país.

1. Quando naquele já longínquo dia 4 de Abril de 1973, no Cineteatro Avenida em Aveiro, Álvaro Seiça Neves leu o telegrama do Prof. Rui Luís Gomes declarando aberto o 3.º Congresso da Oposição democrática, na qualidade de Presidente do Congresso em que fora investido por vontade unânime da Comissão Nacional, mas que o fascismo impedira de exercer presencialmente ao não permitir o seu regresso do exílio, os participantes nessa sessão inaugural teriam certamente boa consciência de que, para trás, ficava um aturado, laborioso e amplamente participado trabalho preparatório. Teriam certamente também uma firme e fundamentada convicção de que aquela realização iria significar um forte impulso na luta do movimento democrático contra o fascismo e designadamente na sua intervenção na farsa eleitoral marcada para Outubro desse ano. Mas não podiam saber – e ninguém honestamente podia saber ou adivinhar – que se estava à beira do último ano de vida da ditadura e a um ano do 25 de Abril.

2. As novas e distintivas características que o 3.º Congresso da Oposição Democrática assumiu e bem assim a natureza das orientações políticas fundamentais que nele foram aprovadas testemunharam, por referência aos meritórios 1.º e 2.º Congressos (respetivamente, de 1958 e de 1969), um processo não apenas de assimilação crítica de experiências e orientações anteriormente prevalecentes, mas também uma evolução de conceções determinada por patentes alterações na correlação de forças dentro do campo da oposição antifascista que já se vinha desenhando e afirmando, no plano do movimento democrático, desde as «eleições» de 1969. E surge como indiscutível que nessa evolução e nessas mudanças pesaram, entre outros fatores e de forma determinante, a própria dimensão da luta da classe operária, os audaciosos avanços e posições conquistadas nos sindicatos e a integração na luta legal e semilegal de novas gerações de estudantes e jovens trabalhadores, e que, ganhando autoridade e reconhecimento de acerto no confronto com o andamento da realidade política nacional, conquistaram crescente audiência e influência em amplos sectores democráticos.

3. No plano da organização e dos métodos de preparação, o 3.º Congresso da Oposição Democrática ficou sobretudo assinalado pela amplitude do número e pela diversificação regional e social dos democratas integrados nas estruturas de preparação e direção; na formação e regular funcionamento ao longo de vários meses de uma Comissão Nacional com cerca de 500 membros; em inúmeras iniciativas e reuniões de debate (e mais não

foram porque muitas, de maior expressão pública, foram proibidas); na apresentação de duas centenas de teses e trabalhos, muitos deles de elaboração coletiva, abrangendo um vastíssimo leque de questões e problemas da vida nacional mas onde, significativamente, ganharam um novo e destacado relevo os problemas dos trabalhadores e a questão da guerra colonial. E cremos que, nem na época nem hoje, pode haver alguma dúvida de que, sem prejuízo de outros fatores gerais como a conjuntura de patente isolamento do regime, foram estes critérios e orientações firmemente apostados numa ampla participação na sua preparação que muito favoreceram a presença no Congresso de milhares de participantes, atestando uma grande e dinâmica mobilização democrática.

4. Com efeito, no quadro atrás descrito em termos gerais, a combatividade e a firmeza política manifestada por ocasião do 3.º Congresso da Oposição Democrática revelaram-se quer no plano das principais conclusões políticas (e, de forma por demais significativa, na definição das grandes exigências ou, melhor dizendo, dos grandes objetivos da luta democrática) quer na forma corajosa como o Congresso e a sua direção e participantes deram resposta às limitações e à brutal repressão que o governo desencadeou contra o Congresso na esperança de o domesticar ou de frustrar o seu impacto.

5. No plano político, adquiriu um relevante significado que o 3º Congresso da Oposição Democrática (indiscutivelmente assente na contribuição convergente das principais forças e correntes da oposição) tivesse postulado com toda a clareza, na sua Declaração Final, como «objetivos imediatos, possíveis de atingir através da ação unida das forças democráticas,» o «fim da guerra colonial», (antes classificada no texto como «crime contra a Humanidade») a «luta contra o poder absoluto do capital monopolista» e a «conquista das liberdades democráticas».

À distância de 50 anos, justifica-se explicar que o relevo e importância da fixação destes três precisos objetivos não derivam naturalmente do ponto referente à «conquista das liberdades democráticas» (desde há muito património comum das diversas correntes da oposição) mas sim dos pontos referentes ao «fim da guerra colonial» e da «luta contra o poder absoluto do capital monopolista», objetivos de há muito sustentados pelo PCP mas rejeitados ou não assumidos com clareza por algumas outras correntes.

A definição destes três grandes objetivos e a assunção dos seus indissolúveis nexos, iluminando «a contrario censura» a verdadeira natureza da ditadura fascista, não só marcaram decisivamente a intervenção da oposição democrática na farsa eleitoral de Outubro de 1973 como influenciaram o pensamento político do Movimento dos Capitães, viriam a ter uma aproximada consagração no «Programa do MFA» e viriam a plasmar-se na vida como componentes cruciais da Revolução de Abril.

Face ao exposto os Eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Lagos reunida a 26 de Abril de 2023 delibere:

- 1- Saudar o 50.º Aniversário do 3.º Congresso da Oposição Democrática realizado em Aveiro.
- 2- Saudar os Membros da Comissão Nacional em geral e os membros do Algarve que integraram a Comissão, em particular.

3 – Saudar os participantes de Lagos neste Congresso.

Lagos 26 de Abril de 2023

Os Eleitos da CDU

(José Manuel Freire / Ana Paula Viana )

Anexo: 3 documentos

# Composição da Comissão Nacional do 3º Congresso da Oposição Democrática

4 Abril 1973

## Faro

A. G. da Silva Gago (Comerciante)  
Analide Martins Lourenço  
António dos Santos Capela  
António Maria Andrade Louza  
António Monteiro Esperto (Operário)  
Berta Magalhães  
Carlos Gracias (Advogado)  
Celestino Pedro Correia Bola  
Custódio da Luz Bernardo  
Domingos Martins Boronha (Emp. Comercial)  
Élio Bolas (Estudante)  
Emídio Águeda Serrano (Advogado)  
Emílio de Campos Coroa (Médico)  
Fernando Corses Machado (Comerciante)  
Fernando José S. dos Ramos  
Francisco Florêncio (Advogado)  
Francisco Vargos Freire (Comerciante)  
João Bernardo dos Reis (Comerciante)  
João Gonçalves Vieira (Construtor Civil)  
João Vargas (Emp. Comercial)  
Joaquim Belchior  
Joaquim Carneiro (Operário)  
Joaquim da Silva  
Joaquim Eduardo Dias  
Joaquim Farracha (Advogado)

Joaquim Gil Madeira Teixeira  
Joaquim Sequeira  
José Cabrita Cortes (Comerciante)  
José de Sousa Antão  
José Féria Pavão  
José Gago Sequeira  
José Manuel Raimundo (Emp. Comercial)  
José Nobre Ruivo (Comerciante)  
José Simões Pinto  
José Veloso (Arquitecto)  
Justino N. Mascaranhas (Professor ensino secundário)  
Leandro Caromba de Sousa  
Luís Filipe Madeira (Advogado)  
Luís Catarino (Advogado)  
Madalena Negrão Gracias  
Manuel Campos Lima (Advogado)  
Manuel Guerreiro  
Manuel José Serpa Góis da Silva  
Manuel Rodrigues  
Maria da Soledade R. Carvalho Reis  
Maria Isabel Teles Camarinha  
Mário Mendes  
Mateus da Silva Gregório (Comerciante)  
Paulo Nunes Matias (Comerciante)  
Preciosa Sousa Mendes  
Primo António das Neves  
Raúl Freitas Coelho  
Rui Aboim F. Pereira (Lic. Farmácia)  
Rui da Silva Moraes (Advogado)  
Sanches Esteves (Advogado)  
Valter Lampreia Cambreiras  
Victor Dias Bexiga  
Victor Manuel (Comerciante)  
Victorino Castelo (Industrial)

Contribuição de José Veloso.

Retirado do livro: Houve Fascismo em Portugal, testemunhos de um cidadão, de José Veloso.

O III Congresso da Oposição Democrática, 1973 \_ pág. 77

“ A Oposição Democrática decidiu realizar um grande Congresso Nacional apesar das dificuldades e proibições que iria certamente enfrentar, por parte do regime fascista.

Foi escolhida a cidade de Aveiro, pois que tanto lá, como nas regiões próximas, se encontravam sólidos apoios, onde se destacavam figuras muito conhecidas no País pela postura democrática anti-fascista. No Congresso haveria dois momentos especiais.

Um seria a romagem ao cemitério, em homenagem ao falecido grande escritor e democrata Mário Sacramento, natural de Aveiro, onde tinha desenvolvido permanentes acções em prol da instauração da democracia e de combate ao regime fascista, e por isso fora toda a vida perseguido, com várias prisões.

De seguida seria a realização de um grande plenário aberto, no cine- teatro da cidade.

Inscrevemo-nos, a minha mulher e eu, para participar no Congresso, e fomos, de automóvel, cedo da manhã do dia marcado.

A preparação do Congresso, apesar de todas as enormes dificuldades e limitações, das resistências e obstáculos à sua organização, tinha sido muito eficaz, e tinha sido preparada uma grande deslocação a Aveiro. Esperavam-se participantes de todo o país, oriundos dos mais diversos sectores sociais, desejando participar no que se antevia viesse a ser, como de facto foi, um proficuo debate sobre as propostas para completa alteração da situação política nacional, o final da guerra colonial, a eliminação da censura, a extinção da PIDE, e a instauração da democracia.

Tudo, sem surpresa, matérias que o regime fascista não poderia suportar que fossem expostas e debatidas em público. O governo, com a PIDE e a GNR, tomou então as mais violentas medidas represivas, algumas a um limite como nunca, até então, tinha publicamente chegado.

Montou vigilância nas estradas, e, quando se apercebeu da dimensão que a concentração de pessoas ia tomar, fechou todos os acessos à cidade, para evitar a passagem para Aveiro de participantes, inspeccionando e bloqueando automóveis e autocarros e incluindo mesmo a proibição de paragem de comboios nas estação de Aveiro. Escapamos a esses obstáculos, por termos chegado cedo.

Tivemos tempo para uma volta pela cidade, encontramos muitas pessoas conhecidas, idos de Lagos lá estavam Joaquim Marreiros e Jacinto Santos, e incorporamo-nos na marcha que encheu a avenida principal da cidade, a caminho do cemitério para a homenagem a Mário Sacramento. Ia organizado em filas, de braço dado connosco ia Jacinto Santos. Foi então que o fascismo mostrou a sua bestial faceta, da brutal violência indiscriminada.

A polícia de choque carregou, sem razão nenhuma, sobre a pacífica manifestação, agredindo à bastonada, sem atender a nada, nem a quem atingia.

Correndo à frente da carga, para nos proteger-mos encostamo-nos à parede em frente aos prédios da avenida. Aí, a meu lado um corpulento polícia deu uma bastonada nas costas de uma mulher de meia idade, que caíu, apesar da tentativa do marido para a proteger. Quando se preparava para agredir o marido, que a tentava levantar e protestava, dei um empurrão no polícia, com força, que o desequilibrou, e o casal escapou-se. E então ele virou o cacetete ao contrário, e atingiu-me com a

parte metálica, com força, mesmo no meio da cabeça, que começou logo a sangrar. Foi-se embora a correr, continuando na carga e nas agressões.

Tudo isto foi extremamente rápido, no meio da enorme confusão que se tinha instalado, de pessoas a correr em todos os sentidos. Ainda vi Jacinto a correr, pegar numa pedra da calçada e atirá-la a um polícia à paisana, PIDE com certeza, quando o viu apontar. Pelos gestos percebeu-se que não a conseguiu disparar, encravada. Jacinto desapareceu na confusão.

No prédio onde estávamos encostados, abriu-se por momentos uma porta, e um homem ajudou as pessoas próximas a se refugiar na casa, como nós fizemos, fechando a porta antes que os polícias que ali corriam, excitadíssimos, vissem.

Com água que eles nos proporcionou, lavamos a ferida, pressionando com os lenços conseguimos estancar o sangue. Esperamos que tudo acalmasse no exterior, informamo-nos onde era e fomos ao hospital local, em busca de tratamento.

Não estava ninguém a ser atendido nem à espera. Fomos recebidos por um atencioso enfermeiro, sem fazermos qualquer alusão ao que tinha acontecido. Ele não fez perguntas, e dedicou-se a um cuidadoso curativo, que necessitou de alguns pontos.

No final, sabendo que o hospital era da Misericórdia local, e uma vez que o enfermeiro disse que o tratamento era gratuito, pretendi deixar uma oferta em dinheiro. Ele, polidamente, disse que não podia aceitar. Insisti, e ele continuava na mesma, só dizendo que nos podíamos ir embora e nos desejava boas melhoras. Dizendo que não compreendíamos, insistimos, e então, calmamente, ele explicou “eu posso aceitar esse dinheiro para a Misericórdia, mas terei de vos identificar, para dar recibo”.

Estava entendido, não fizemos mais insistência, era uma avisada preocupação.

Com os agradecimentos, saímos, com o conforto daquela manifestação de leal solidariedade para com desconhecidos.

E fomos assistir ao prosseguimento e encerramento do congresso. Jacinto estava lá, entre tantos outros. “

## 3º Congresso da Oposição Democrática

3 Abril 2003

1) Os milhares de democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática, reunido em Aveiro de 4 a 8 de Abril de 1973, têm a consciência de que esta reunião – a que o Governo foi obrigado por pressão das condições internas e para tentar melhorar a sua imagem internacional – constituiu uma grande vitória das forças democráticas. A larga mobilização de democratas efectuada em todo o País em torno da organização dos trabalhos, da elaboração das teses e do debate dos problemas apresentados, veio no seguimento da movimentação democrática crescente, ao mesmo tempo que traduz o descontentamento cada vez maior da população portuguesa em face do constante agravamento dos problemas fundamentais do País.

2) Manifestam os democratas em Congresso o seu firme e veemente protesto contra as múltiplas acções repressivas com que o Governo procurou intimidar, dificultar e impedir a sequência dos trabalhos. Tais acções vão desde as prisões de numerosos democratas quando em vários pontos do país colavam cartazes do Congresso, à proibição de sessões de trabalho preparatórias, desde o corte sistemático de notícias sobre o Congresso pela Censura, ao encerramento do parque de campismo em Aveiro para evitar o alojamento das camadas trabalhadoras e da juventude estudantil; desde a retenção de excursões do «rápido» em Avanca para identificação dos passageiros – tornando Aveiro uma cidade cercada – a criação de um clima de inquietação, propalando notícias falsas sobre pseudo-violências em Aveiro e tudo culminando com a ferocidade com que as forças policiais atacaram a romagem dos democratas à campa de Mário Sacramento na manhã de domingo 8 de Abril, causando feridos. Reconhecendo ser a violência um direito dos oprimidos, o Congresso pretende que o exercício da violência pelas autoridades contra o povo pacífico e indefeso toma o nome de desumanidade e brutalidade.

3) Realiza-se o Congresso num momento em que os problemas do povo português são cada vez mais graves e se verifica a total incapacidade das forças dominantes para os resolver.

Doze anos de guerra colonial representam um crime contra a Humanidade pela destruição de populações e culturas africanas e um sacrifício absurdo que tem sangrado o país em vidas e recursos, constituindo profunda causa de depressão das energias morais de um povo que precisa de as mobilizar para a construção do futuro.

O crescente domínio do capital monopolista internacional e nacional agrava pesadamente as condições de trabalho e de vida das massas trabalhadoras, transfere para essas massas trabalhadoras o custo da inflação e das pseudo-medidas para a debelar, reduz ainda mais os direitos sindicais, transformando-os em meros simulacros, esconde a sua incapacidade para responder aos problemas e exigências reais com a proclamação de projectos de ensino, habitação, saúde e segurança social que nada resolvem e deixam intactas as verdadeiras causas da gravíssima situação de carência em todos esses domínios.

O agravamento das contradições internas do regime e a limitação da sua base política de apoio tem levado o Governo, como resposta a essa agudização, a acentuar a escalada repressiva em todos os aspectos e sectores da vida nacional, criando uma situação em que para se ser acusado de subversão e receber os golpes de um poder que não conhece limites, e suficiente tomar consciência dos problemas do país e legitimamente procurar-lhes caminhos de solução.

4) Perante este quadro, que foi pormenorizadamente analisado por cerca de duas centenas de teses e comunicações e em vinte e cinco longas e largamente participadas sessões de trabalho, os democratas presentes no III Congresso da Oposição Democrática concluem que os objectivos imediatos, possíveis de atingir através da acção unida das forças democráticas, são:

- Fim da guerra colonial;
- Luta contra o poder absoluto do capital monopolista;
- Conquista das liberdades democráticas.

A luta por objectivos parciais e imediatos, sendo nas actuais condições amplamente mobilizadora, não deve no entanto fazer-nos esquecer o objectivo final da conquista do socialismo, o qual é indispensável para a construção de uma sociedade justa e digna.

5) Perante a expansão das forças democráticas e a sua crescente projecção no povo português, perante a radical oposição entre o movimento democrático e o regime na análise e nas linhas de solução dos problemas fundamentais do país, não resta outra alternativa ao Governo a não ser a repressão total da movimentação democrática ou o reconhecimento da realidade política nacional.

O primeiro caminho, além de ferir os direitos elementares de qualquer povo, revelar-se-ia inoperante como a experiência histórica demonstra.

Por isso, deve ser igualmente objectivo imediato de acção a conquista do reconhecimento da organização democrática e da sua plena liberdade de actuação.

<https://www.pcp.pt/declara%C3%A7%C3%A3o-final-do-3%C2%BA-congresso-da-oposi%C3%A7%C3%A3o-democr%C3%A1tica>